



**Sindicato Nacional  
das Empresas Distribuidoras  
de Gás Liquefeito de Petróleo**

Rua da Assembléia, 10 | sala 3720  
Centro - Rio de Janeiro | RJ  
BRASIL | CEP 20.011-901  
Tel.: 55 21 3078-2850  
Fax.: 55 21 2531-2621  
sindigas@sindigas.org.br  
www.sindigas.org.br

Apoio:



INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS



WORLD LP GAS ASSOCIATION



Asociación Iberoamericana  
de Gas Licuado de Petróleo  
Associação Ibero-Americana  
de Gás Liquefeito de Petróleo

*Texto e edição*  
Newsday Consultoria de  
Comunicação e Marketing

*Edição visual*  
Conceito Comunicação Integrada

Fevereiro 2007

# GLP NO BRASIL

## Perguntas freqüentes

# Apresentação

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP congratula o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo - Sindigás pela iniciativa de divulgação de informações sobre o GLP, produto de suma importância para a população e para a matriz energética do nosso país.

De grande utilidade para os profissionais de comunicação e o público em geral e proveitoso até mesmo para os técnicos da área, este material esclarecerá dúvidas sobre aspectos relevantes para a segurança e a qualidade dos serviços.

Esta publicação vem reforçar, ainda mais, o compromisso que as entidades e as empresas integrantes do setor têm com o consumidor e com a sociedade em geral.

*Álvaro Teixeira*  
*Secretário Executivo*



INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS

**E**le está presente em todas as cidades e nos rincões mais distantes. É essencial para o preparo das refeições em 95% dos lares brasileiros. É um insumo energético importante para vários segmentos industriais, comerciais e a agropecuários. Mobiliza um vasto sistema de distribuição e comercialização, de grande capilaridade, que atende a rigorosos requisitos de segurança, regularidade e qualidade em suas operações.

Para que todas as pessoas, ao lidar com esse tema, possam dispor de informações básicas sobre o setor de GLP, o Sindigás preparou este material informativo, reunindo as principais questões na forma de perguntas e respostas. Destina-se inicialmente a jornalistas e a integrantes de empresas ou de órgãos públicos ligados ao setor, mas está à disposição de todos os interessados. Além da versão impressa, poderá ser acessado também no site do Sindigás ( [www.sindigas.org.br](http://www.sindigas.org.br) ) em sua versão eletrônica, que será constantemente atualizada.

“Desenvolver canais de comunicação com os setores ligados direta ou indiretamente ao GLP” é um compromisso que faz parte da missão do Sindigás. Para que este canal seja uma via de mão dupla, contamos com as sugestões, consultas e colaborações dos leitores deste livreto.

*Sergio Bandeira de Mello*  
*Presidente*



<b>1</b>	O que é GLP? .....	Pg. 6
<b>2</b>	Qual a diferença entre GLP, GNV, GNL, GNC, gás canalizado e gás natural? .....	Pg. 7
<b>3</b>	Desde quando se usa GLP no Brasil? .....	Pg. 8
<b>4</b>	Por que o GLP é chamado de “gás de cozinha”? .....	Pg. 9
<b>5</b>	Além do botijão de 13 kg, o mais comum no Brasil, como o GLP pode chegar ao consumidor? .....	Pg. 11
<b>6</b>	Por que o governo proíbe alguns usos do GLP?.....	Pg. 12
<b>7</b>	Quais os outros usos do GLP? .....	Pg. 13
<b>8</b>	O GLP é poluente?.....	Pg. 14
<b>9</b>	O fogão a lenha não seria uma opção mais acessível para as famílias de menor poder aquisitivo? .....	Pg. 15
<b>10</b>	Qual é a participação do GLP na matriz energética? .....	Pg. 16
<b>11</b>	O GLP consumido no Brasil é importado? .....	Pg. 18
<b>12</b>	O GLP é concorrente do gás natural? .....	Pg. 19
<b>13</b>	O gás natural é mais barato que o GLP? .....	Pg. 20
<b>14</b>	O uso do gás natural fez cair o consumo de GLP no Brasil? .....	Pg. 21
<b>15</b>	O suprimento de GLP é um monopólio da Petrobras? .....	Pg. 22

<b>16</b>	Qual é o papel dos distribuidores e dos revendedores no mercado de GLP? .....	Pg. 22
<b>17</b>	Por que o mercado de GLP é concentrado em poucos distribuidores? .....	Pg. 24
<b>18</b>	Existe cartel no mercado brasileiro de GLP? .....	Pg. 25
<b>19</b>	Quais são os órgãos que regulam e fiscalizam esse mercado? .....	Pg. 27
<b>20</b>	O preço do GLP é tabelado ou subsidiado? .....	Pg. 28
<b>21</b>	O que encarece o preço do botijão de GLP? .....	Pg. 29
<b>22</b>	Por que o GLP é mais caro em alguns estados do País? .....	Pg. 32
<b>23</b>	A margem dos distribuidores e revendedores não é muito alta? .....	Pg. 33
<b>24</b>	O que pode ser feito para diminuir o preço do GLP? .....	Pg. 35
<b>25</b>	O Auxílio-Gás torna o GLP mais acessível às famílias carentes? .....	Pg. 37
<b>26</b>	O botijão de gás em uma residência é propriedade do consumidor? .....	Pg. 38
<b>27</b>	Por que não se pode encher botijões de GLP em postos, como se faz com o GNV? .....	Pg. 39
<b>28</b>	Como atua a pirataria no mercado de GLP? .....	Pg. 41
<b>29</b>	Quais os riscos dessas formas de pirataria? .....	Pg. 43
<b>30</b>	O que pode ser feito e o que está sendo feito para combater a pirataria? .....	Pg. 44

# 1

## O que é GLP?

O **GLP, Gás Liqüefeito de Petróleo**, é uma mistura de hidrocarbonetos líquidos obtidos em processo convencional nas refinarias, quando produzido a partir do petróleo cru. Pode ser também produzido a partir do gás natural, em unidades de processamento de gás natural (UPGNs).

É popularmente conhecido como “**gás de cozinha**” pois sua maior aplicação é na cocção dos alimentos, mas também é utilizado em várias aplicações industriais e agrícolas (ver item 7).

Em estado líquido, o GLP é mais leve do que a água e pode ser facilmente armazenado a uma pressão moderada.

Em estado gasoso, ele é mais pesado que o ar, o que faz com que se concentre próximo do solo em caso de vazamento. Por ser invisível e inodoro, adiciona-se um odorizante não-tóxico, como medida de segurança.

Por sua facilidade de armazenamento, transporte, grande eficiência térmica e limpeza na queima, o GLP é usado intensivamente em todo o mundo.



Cerca de 85% do gás do botijão encontra-se em estado líquido e 15% em estado gasoso, o que garante espaço de segurança para manter a correta pressão no interior do recipiente.

O BOTIJÃO

# Qual a diferença entre GLP, GNV, GNL, GNC, gás canalizado e gás natural?

# 2

O **GLP, Gás Liqüefeito de Petróleo**, é uma mistura de hidrocarbonetos, especialmente propano e butano. Como derivado do petróleo, é produzido em refinarias, podendo também ser processado a partir do gás natural (ver item 1).

**Gás Canalizado**, também conhecido como **gás de rua**, é produzido a partir da nafta, derivado de petróleo, através de um processo industrial (reformação com vapor d'água), e distribuído nos centros urbanos, através das redes de distribuição das companhias estaduais de gás, para consumo predominantemente residencial. A maior parte dessas redes de distribuição já substituiu o gás de nafta pelo gás natural.

**Gás Natural** é todo hidrocarboneto ou mistura de hidrocarbonetos que permaneça em estado gasoso ou dissolvido no óleo nas condições originais do reservatório, e que se mantenha no estado gasoso nas condições atmosféricas normais. É extraído diretamente de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos. Seu principal componente é o metano.

**GNV (Gás Natural Veicular)** é uma mistura combustível gasosa, proveniente do gás natural ou do biogás, destinada ao uso veicular e cujo componente principal é o metano, observadas as especificações estabelecidas pela ANP.

**GNL (Gás Natural Liqüefeito)** é o gás natural resfriado a temperaturas inferiores a -160°C para fins de transferência e estocagem como líquido. É composto predominantemente de metano e pode conter outros componentes normalmente encontrados no gás natural.

**GNC (Gás Natural Comprimido)** é todo gás natural processado em uma estação de compressão para armazenamento em ampolas ou cilindros, transportados até estações de descompressão localizadas nas plantas dos clientes industriais ou nos postos onde são distribuídos para os consumidores.

*(Definições adaptadas do glossário do site da ANP – [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br))*

# 3

## Desde quando se usa GLP no Brasil?

No Brasil, a utilização do GLP como combustível está ligada à história do dirigível alemão Graff Zeppelin, que transportava passageiros entre a Europa e a América do Sul, durante alguns anos no início do século XX. Por sua alta octanagem, o GLP era usado como combustível do motor desses dirigíveis.

Na década de 1930, quando essas viagens foram suspensas, um grande estoque de combustível do Zeppelin, totalizando seis mil cilindros de gás propano,

estava armazenado no Rio de Janeiro e em Recife. Foi então que Ernesto Igel, um austríaco naturalizado brasileiro, comprou todos os cilindros e começou a comercializá-los como gás para cozinha, através da Empresa Brasileira de Gás a Domicílio, fundada por ele.



Naquele tempo, a maior parte da população utilizava fogões a lenha. Em menor escala, havia fogões a álcool e a querosene. O GLP começou a ser importado dos Estados Unidos, mas o número de consumidores do produto ainda era insignificante.

Alguns anos depois, durante a Segunda Guerra Mundial, as importações foram suspensas. Terminado o conflito, surgiu uma segunda distribuidora de GLP no país e o consumo se expandiu. Botijões começaram a ser fabricados no Brasil e a importação do GLP a granel tornou-se possível com investimentos em navios-tanque e em terminais de armazenagem e engarrafamento.



O consumo doméstico do GLP cresceu bastante ao longo da década de 1950, propiciando o surgimento de outras distribuidoras e fabricantes de botijões, para atender a demanda. Um desses fabricantes, a Mangels, desenvolveu o projeto do botijão de 13 kg, que acabaria se tornando o padrão brasileiro. Hoje, existem cerca de 99 milhões de botijões em circulação em todo o país e, a cada dia, são entregues um milhão e quinhentos mil botijões aos consumidores brasileiros.

Em 1955, dois anos depois de sua fundação, a Petrobras havia começado a produzir gás liquefeito de petróleo. Cinco décadas depois, o Brasil está atingindo a auto-suficiência na produção de GLP, que assim passa a ser um produto 100% nacional.

## Por que o GLP é chamado de “gás de cozinha”?

# 4

Por ser facilmente transportável, sem necessidade de gasodutos ou redes de distribuição, o GLP chega às regiões mais remotas, rurais ou urbanas. Além disso, não se deteriora durante o tempo de armazenamento, ao contrário de outros combustíveis líquidos de petróleo.

No Brasil, sua distribuição em recipientes transportáveis, os denominados botijões de gás, abrange 100% do território nacional e garante o abasteci-



mento de 95% dos domicílios. Ou seja, sua presença em nosso país é maior do que a da energia elétrica, da água encanada e da rede de esgotos.

Isto fez do GLP um produto essencial para a população brasileira, pois é utilizado no preparo das refeições diárias em 42,5 milhões de lares de todas as classes sócio-econômicas.

Mas o GLP tem muitas outras aplicações além de sua utilidade na cocção de alimentos (ver item 7). Infelizmente, o fato de ser conhecido popularmente como “gás de cozinha”, se por um lado demonstra a sua importância para a população brasileira, por outro lado mostra que esse produto tem sido banalizado. As normas vigentes estão defasadas e restringem o GLP a poucas aplicações legalmente aceitas (ver item 6).

## Abrangência geográfica e econômica do GLP

- **Chega a 100% dos municípios brasileiros**
- **95% da população é atendida**
- **Mais de 42,5 milhões de domicílios**
- **Maior presença do que energia elétrica, água encanada e rede de esgotos**
- **Cerca de 350 mil empregos diretos e indiretos**



# Além do botijão de 13 kg, o mais comum no Brasil, como o GLP pode chegar ao consumidor?

# 5

O armazenamento e o transporte de GLP requer cilindros e tanques pressurizados.

Existem no Brasil variados tipos de cilindros para acondicionamento desse produto, normatizado pela NBR-8460 da ABNT: embalagens de 2 kg, 5 kg, 7 kg, 8 kg, 45 kg e 20 kg, este último somente usado em empilhadeiras. Mas a embalagem de 13 kg é a mais utilizada, superando 75% das vendas totais do produto em nosso país.

O GLP também é comercializado a granel, para uso comercial, industrial, e já atinge também o segmento residencial: condomínios mais novos possuem instalações para receber o gás a granel.



# 6

## Por que o governo proíbe alguns usos do GLP?

A lei que restringe certos usos do GLP no Brasil data de 1991. Naquela época, a primeira guerra do Golfo (invasão do Kuwait pelo Iraque) parecia ser uma séria ameaça de aumento nos preços e até mesmo de faltar petróleo para as necessidades de consumo em nosso país. O Brasil importava quase 50% do petróleo e derivados que consumia.

No caso do GLP, nossa dependência do mercado externo chegava a 80% e o preço era fortemente subsidiado para torná-lo acessível aos consumidores. O montante de recursos destinados a esse fim contribuía para o agravamento do déficit do setor público, em função da existência da Conta Petróleo e Derivados mantida pela Petrobras.

Esse contexto exigiu uma série de medidas governamentais para a contenção do consumo de derivados de petróleo. A Lei 8.716, de 8/2/1991, definiu como um crime contra a ordem econômica o uso de GLP “em motores de qualquer espécie, saunas, caldeiras e aquecimento de piscinas, ou para fins automotivos”, ou seja, qualquer utilidade que não fosse considerada essencial no caso desse energético.

Hoje, o cenário é outro: o Brasil está atingindo a auto-suficiência em GLP e o preço desse produto não é mais subsidiado pelo governo. Mas as mesmas restrições continuam vigentes. Paradoxalmente, incentiva-se

### RESTRIÇÕES DE USO

#### **Resolução ANP nº 15 – de 18/05/2005**

Art. 30 – É vedado o uso de GLP em:

- I – motores de qualquer espécie;
- II – fins automotivos, exceto em empilhadeiras;
- III – saunas;
- IV – caldeiras;
- V – aquecimento de piscinas, exceto para fins medicinais.

o consumo do GN, em grande parte importado, nos mesmos usos em que se proíbe o GLP, produzido nacionalmente. A proibição de uso do GLP em caldeiras, por exemplo, quando não leva ao maior consumo de gás natural, estimula o consumo de energia elétrica, menos eficiente e mais cara, ou do poluente óleo combustível.

## Quais os outros usos do GLP?

# 7

Por ter alto poder energético, o GLP pode colocar em funcionamento desde o menor aparelho doméstico até grandes instalações industriais.

Por ser um combustível muito limpo, ele pode ser usado em contato direto com alimentos e artigos tais como cerâmica fina, sem nenhum prejuízo à pureza e à qualidade desses produtos.

Os usos industriais do GLP incluem: funcionamento de empilhadeiras industriais, fornos para tratamentos térmicos, combustão direta de fornos para cerâmica, indústria de vidro, processos têxteis e de papel, secagem de pinturas e gaseificação de algodão.



Em residências ou recintos comerciais, é geralmente usado para calefação de ambientes e aquecimento de água, além do uso mais conhecido, que é a cocção de alimentos.

No mercado agrícola, é usado para a produção vegetal e animal e para equipamentos diversos.

Em alguns países, o GLP é utilizado também como combustível automotivo, em veículos de transporte coletivo, táxis e automóveis particulares, mas no Brasil este uso é proibido, exceto para empilhadeiras.

# 8

## O GLP é poluente?

O GLP é um combustível limpo. Não é tóxico e não contamina os mananciais de água nem o solo.

Pelo fato de permitir a redução de emissões de CO<sub>2</sub>, o GLP deveria ser seriamente considerado como um complemento ao gás natural nas políticas ambientais em áreas urbanas de grande concentração.

A utilização da lenha em larga escala como fonte calorífica poderia gerar um desmatamento de proporções nada desprezíveis: para se obter no fogão de lenha o mesmo poder calorífico de um só botijão de 13 kg de GLP, é necessário derrubar e queimar dez árvores, em média. Ou seja, o consumo de GLP pela população representa a preservação de milhões de árvores por dia e não prejudica a saúde (ver pergunta 9).



# O fogão a lenha não seria uma opção mais acessível para as famílias de menor poder aquisitivo?

# 9

A queima de lenha nas residências ou em qualquer ambiente fechado, além dos óbvios problemas ambientais da derrubada de milhões de árvores, provoca sérios problemas de saúde pela inalação de gases tóxicos (indoor-air pollution).

Devido às emissões de CO<sub>2</sub>, particulados, benzeno e formaldeído, que ocorrem na queima de lenha, a inalação dessas substâncias provoca doenças pulmonares, como bronquite e pneumonia, reduz a capacidade de trabalho e eleva os gastos governamentais com saúde. Segundo a Organização Mundial de Saúde, doenças associadas à fumaça originada do uso da lenha, resíduos agrícolas e carvão nos países em desenvolvimento provocam a morte de aproximadamente 1,6 milhão de pessoas por ano.

## Lenha e carvão: fatores de risco

1,6 milhão de mortes/ano no mundo causadas por intoxicação doméstica com o uso de combustíveis sólidos (como lenha e carvão)

O uso de lenha e carvão em ambientes fechados (cozinhas residenciais) provoca graves doenças, em larga escala, originadas pela poluição do ar:

- Asma
- Alergia
- Infecções respiratórias
- Pneumonia
- Morte infantil precoce
- Câncer
- Tuberculose
- Catarata
- Tracoma
- Obstrução crônica dos pulmões

Fontes: World Health Report (dados de 2001/2002); e Professor Kirk R. Smith, University of California

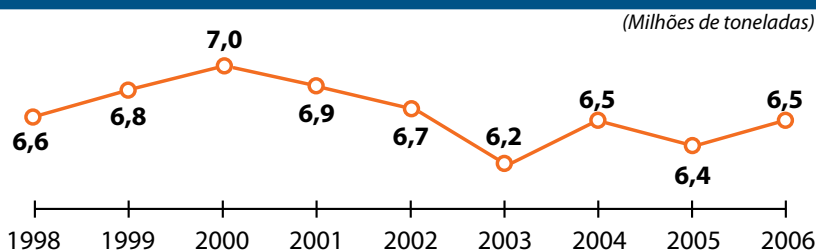
# 10

## Qual é a participação do GLP na matriz energética?

Nos últimos anos, houve um incentivo muito grande por parte do Governo ao crescimento do gás natural na matriz energética brasileira, tanto no segmento industrial como residencial, além do GNV, que teve um crescimento expressivo. O GLP, no entanto, responde por apenas 3,6% da matriz energética, menos que a lenha e o gás natural (sendo este em grande parte importado) e muitíssimo menos que o óleo diesel e a eletricidade.

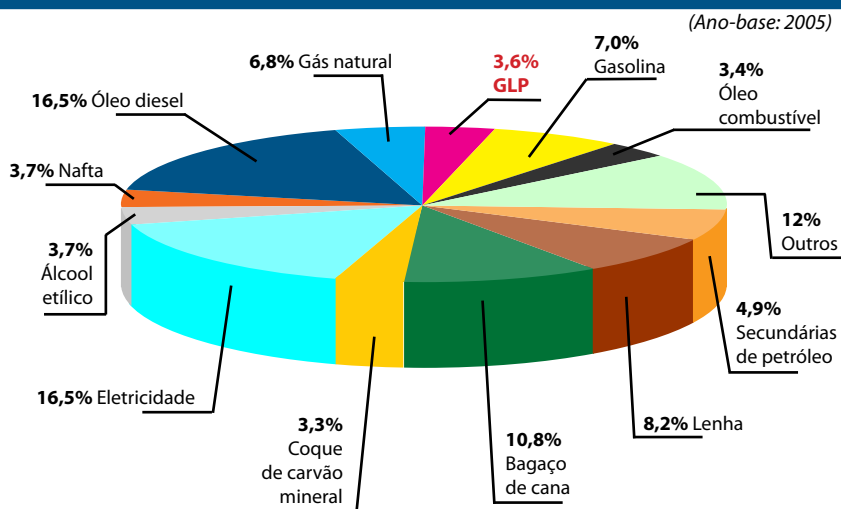
O GLP tem um papel importante a desempenhar na matriz energética brasileira e na economia do país. Mas ao longo do tempo, por razões inúmeras, tornou-se conhecido apenas como “gás de cozinha” e, assim, por vezes é subestimado em sua capacidade de participar da matriz energética com usos mais nobres. É visto por muitos, equivocadamente, como se fosse uma energia “antiga”. Isto precisa ser revisto.

### Evolução de Consumo de GLP no Brasil

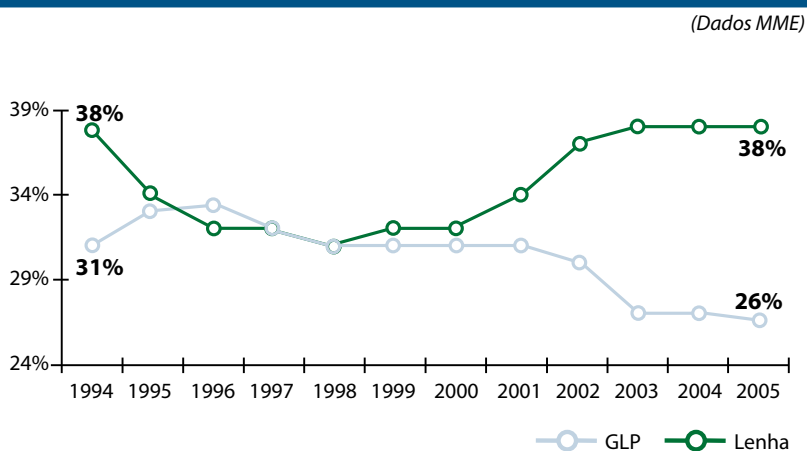


Fonte: Sindigás

## Matriz Energética Brasileira 2006



## Participação do GLP e da Lenha na Matriz Energética Brasileira - Setor Residencial



A demanda de GLP, que era crescente nos anos de 1990 a 2000, experimentou uma queda significativa entre 2000 e 2003. Em 2004, quando houve expressivo crescimento na demanda dos derivados de petróleo em geral, o GLP teve uma pequena expansão, chegando em 2006 a um consumo total ainda inferior ao que havia sido registrado no ano 2000.

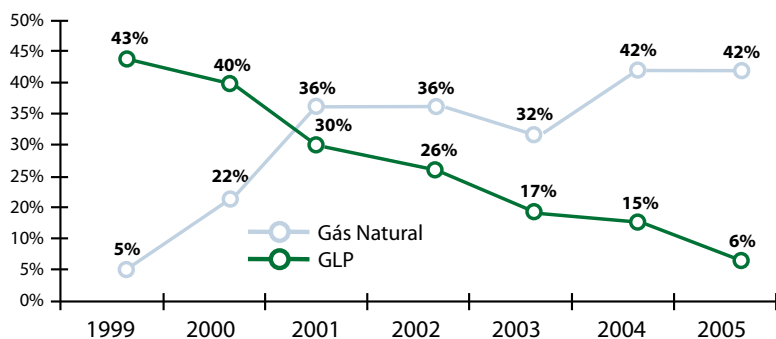
Na demanda residencial, o GLP está perdendo em participação para a lenha. Entre 2000 e 2005, a participação do GLP caiu de 31% para 26%, enquanto a lenha aumentou de 32% para 38% sua participação no consumo de energia em residências.

# 11

## O GLP consumido no Brasil é importado?

No ano 2000, o Brasil ainda importava cerca de 40% do GLP necessário ao consumo interno. Em 2006, o nível de dependência cai para zero, com a ampliação da capacidade das refinarias e a entrada em operação da UPGN (Unidade de Processamento de Gás natural) de Manati-BA, da Petrobras.

### Dependência externa de GLP e Gás Natural



Fontes: BEN 2005/CBIE - Dependência externa é definida como importação líquida (importação menos exportação) sobre consumo total.

A partir de 2007, a Petrobras já planeja exportações de GLP para a China e outros países consumidores.

Enquanto isso, aumentou o consumo de gás natural e, a dependência de importação desse produto.

## O GLP é concorrente do gás natural?

# 12

O GLP é um produto complementar do gás natural, mais do que um competidor. Em vários setores há elevada possibilidade de substituição entre gás natural e GLP, que já conta com infra-estrutura de atendimento ao cliente em todo o território nacional e não requer mudanças significativas nas instalações.

Diante de possíveis crises de abastecimento de gás natural importado, mostra-se como um fator extremamente grave e preocupante a impossibilidade de se garantir o fornecimento ininterrupto e de se armazenar o GN.

O GLP, ao contrário, pode ser armazenado e transportado com facilidade, sem necessidade de gasodutos, chegando onde for preciso, por qualquer meio de transporte. Tanto os consumidores residenciais quanto as empresas podem ter tranquilidade quanto à continuidade de seu fornecimento e a operacionalidade de seu uso.

Para consumidores de grande porte, o GLP não é concorrente do gás natural. Este é um produto nobre, um insumo barato e, no segmento das grandes indústrias, inegavelmente competitivo e eficiente. Mas é importante lembrar que o fato de não termos ainda auto-suficiência em gás natural deixa o nosso país sujeito a riscos de desabastecimento. Em caso de interrupção no fornecimento, centenas de indústrias no Brasil ficariam sem energia para mover suas máquinas. Isso mostra a importância de se contar com uma alternativa segura, que sirva de back-up para as indústrias.

# 13

## O gás natural é mais barato que o GLP?

A livre concorrência permite ao consumidor escolher um produto levando em conta o seu custo-benefício. É positivo que as empresas façam propaganda de seus produtos e que o cidadão tenha acesso a informações importantes para uma boa escolha, mas não é correto afirmar-se, por exemplo, que o gás natural sai mais barato para o consumidor residencial do que o GLP.

Para o mesmo resultado energético que se obtém com 1 kg de GLP, o consumidor precisa de 1,22 m<sup>3</sup> de gás natural. Isto não significa que um seja melhor que o outro, apenas é preciso colocá-los no mesmo nível de cálculo para se fazer uma comparação correta.

### Poder Calorífico do GLP em relação a outros combustíveis

Quantidade	Combustível	Poder Calorífico (KCal)
1 Kg	GLP	11.500
1 m <sup>3</sup>	Gás natural	9.400
1 m <sup>3</sup>	Gás de rua	4.200
1 Kg	Óleo diesel	10.200
1 Kg	Carvão	5.000
1 Kg	Lenha	2.900
1 Kwh	Energia elétrica	860

O preço do gás natural varia de acordo com a faixa de consumo. Quem consome quantidades menores de gás natural paga mais caro do que os consumidores de faixas mais elevadas. Esse fato é relevante, pois 99% das pessoas que consomem o gás de cozinha em botijões de 13 kg estão na faixa de consumo mais baixa.

Nas faixas de consumo mais altas, deve-se considerar o poder calorífico. Recomenda-se ao consumidor que faça as contas, multiplicando sua faixa de consumo em quilogramas de GLP por 1,22 para saber quanto gastaria se estivesse usando gás natural. Por exemplo, para cada R\$ 10,00 que gasta em GLP, o consumidor gastaria R\$ 12,20 em GN. Além disso, antes de migrar de um para outro energético, o consumidor deve consultar seu fornecedor atual para avaliar e negociar.

## O uso do gás natural fez cair o consumo de GLP no Brasil?

14

Muitos acham que a queda do GLP no consumo residencial é fruto da entrada do gás natural. Não é verdade. Como se pode ver na resposta da pergunta 10, é para a lenha que o GLP está perdendo participação na matriz energética.

# 15

## O suprimento de GLP é monopólio da Petrobras?

Não. O refino do petróleo e o processamento dos derivados, inclusive o GLP, não é monopólio da Petrobras e pode ser operado por empresas ou consórcios de empresas, desde que atendam às exigências da Lei e aos requisitos da agência reguladora (ANP).

A União tem monopólio da pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural, da atividade de refino, transporte, importação e exportação desses produtos e seus derivados básicos. Mas essas atividades podem ser exercidas, mediante concessão ou autorização, por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País (Lei nº 9.478, de 6/8/1997, a chamada Lei do Petróleo).

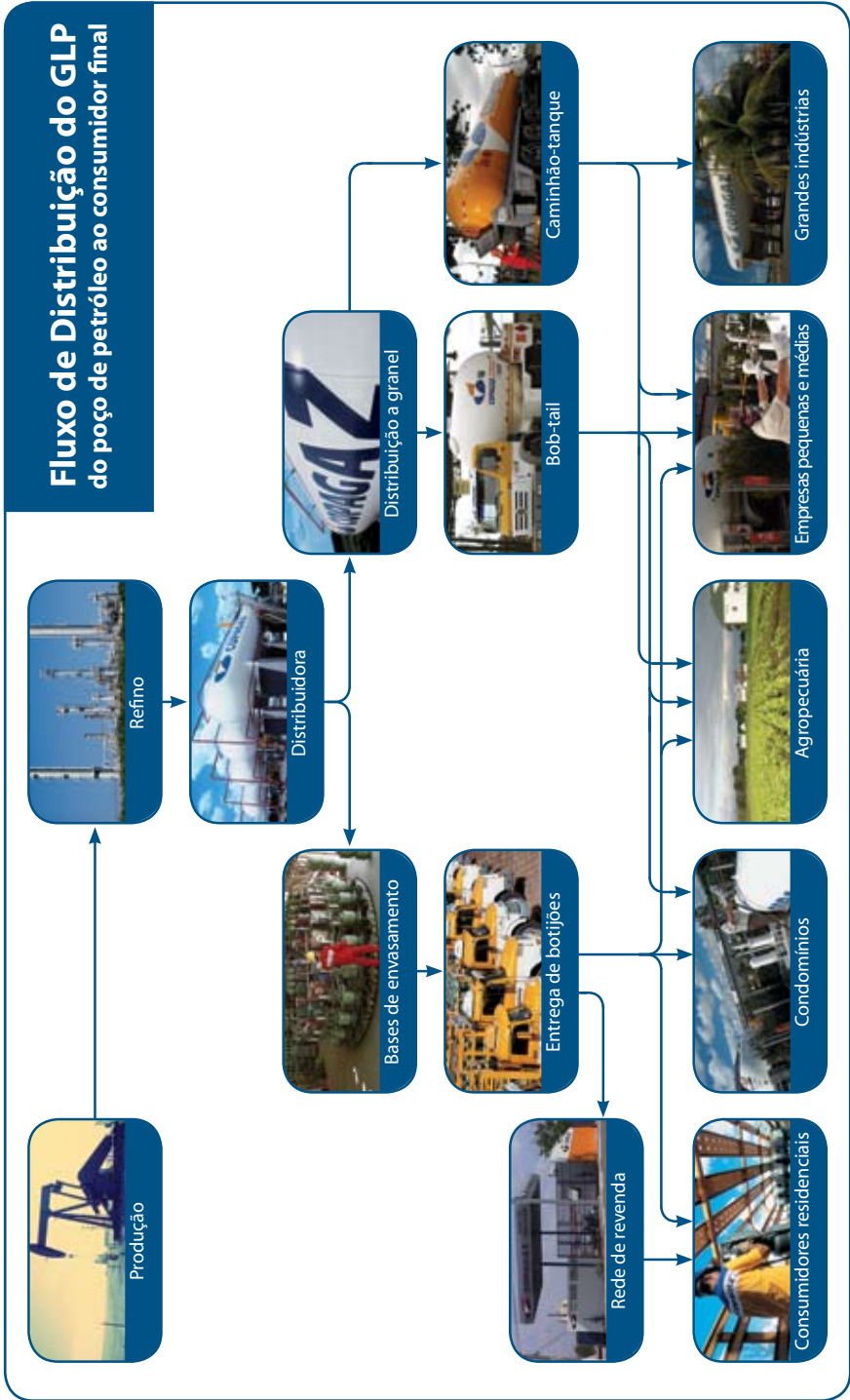
## Qual é o papel dos distribuidores e dos revendedores no mercado de GLP?

# 16

Os distribuidores operam no atacado e no varejo. Adquirem milhares de toneladas de GLP nas refinarias, transportam-no para suas bases por meio de dutos ou caminhões-tanque, envasam o produto em botijões ou disponibilizam-no a granel. Por esses dois sistemas de atendimento (botijões e granel), abastecem pequenos, médios e grandes consumidores, com entrega domiciliar, venda nas portarias dos depósitos ou fornecendo o produto para as plantas industriais.

Os revendedores operam no varejo. Adquirem botijões nas empresas distribuidoras e os revendem para os consumidores finais. As redes de revenda, atuando em parceria comercial com os distribuidores, são fundamentais para que o GLP esteja presente em todos os municípios do país.

# Fluxo de Distribuição do GLP do poço de petróleo ao consumidor final



# 17

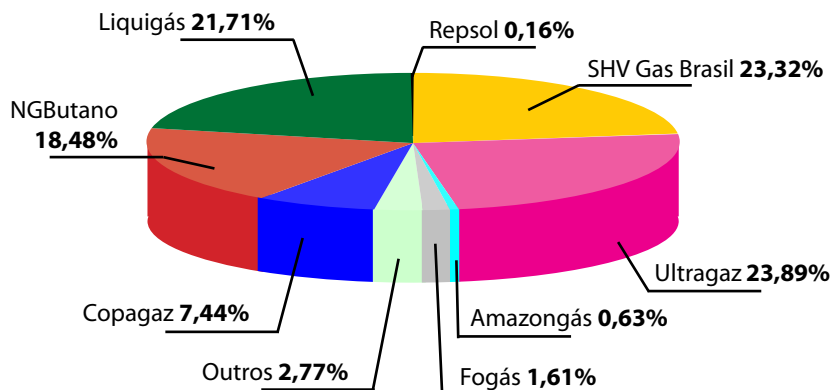
## Por que o mercado de GLP é concentrado em poucos distribuidores?

O mercado de GLP no Brasil é aberto a toda empresa que tiver condições técnicas e financeiras de atender aos requisitos previstos na legislação e nas portarias e resoluções da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) que regulam o setor. Mas pelas próprias características da atividade, a distribuição de GLP apresenta um grau relativamente elevado de concentração, não só em nosso país mas no mundo inteiro, em função dos custos fixos muito elevados.

Mantendo a qualidade e a segurança desse atendimento em um país de dimensões continentais como o Brasil, as empresas distribuidoras de GLP atingiram um nível tecnológico e operacional à altura dos mais desenvolvidos mercados do mundo.

### Market Share – Distribuidoras brasileiras

(Vendas de GLP - Jan-Dez/2006)



Fonte: Sindigas

# Existe cartel no mercado brasileiro de GLP?

# 18

É um grande equívoco a alegação de que o pequeno número de empresas distribuidoras no Brasil reduz o grau de competição no mercado. Equívoco maior ainda é considerar esse conjunto de empresas como um cartel. O que define uma estrutura cartelizada é o controle dos preços e dos pontos de venda – e, no caso da comercialização do GLP no Brasil, a livre concorrência é total.

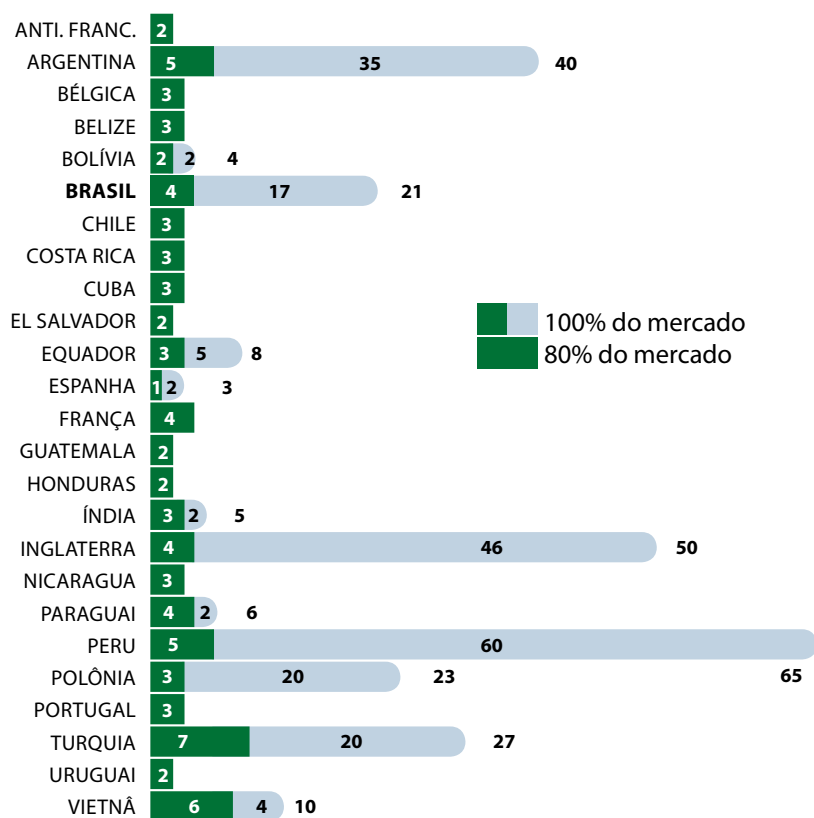
Na maioria dos países – entre eles, França, Inglaterra, Espanha, Suécia, Tailândia, Índia, Chile, Venezuela, Peru e Coréia do Sul – o grau de concentração é maior do que no Brasil. Ou seja, a média mundial de distribuidoras que concentram mais de 80% do mercado é de 3,3 empresas por país, enquanto no Brasil atuam 21 empresas distribuidoras, sendo que as quatro maiores atendem a cerca de 87% do mercado de distribuição.

Portanto o Brasil está acima da média mundial. Se este nível de concentração indicasse existência de cartel, teríamos cartel nos mercados de geladeiras, fogões, gasolina etc. Em mercados de alto custo operacional, a concentração garante maior eficiência, economia (ganho de escala) e qualidade como benefícios para o consumidor final. Além disto, não se pode alegar falta de concorrência em um mercado que tem mais de 70 mil revendedores e postos de venda.

Para algumas pessoas, a idéia de que existe cartelização neste setor vem da percepção de que os preços das empresas concorrentes se assemelham muito. O setor tem como principal fornecedor (mais de 95%) a Petrobras, que pratica o mesmo preço para todos os seus distribuidores. Os tributos são os mesmos. Os custos que podem variar são os administrativos, frete, envasamento e outros menos representativos. Os preços do gás de cozinha são tão similares entre si como são os da gasolina, do arroz, do feijão e

do café. Não há grande novidade na proximidade dos preços em diferentes pontos de venda de uma mesma região, porque os custos são os mesmos. Mesmo assim, quem verificar no site da ANP os dados do monitoramento de preços do GLP poderá encontrar variações de R\$ 4 ou mais, ou seja, mais de 10% do preço final.

## Grau de concentração de mercado das empresas distribuidoras de GLP no mundo



Fonte: AIGLP, AEGLP, REPSOL YPF, Totalgaz, Ultragaz, Levy e Salomão Advogados

Grau de concentração de mercado das empresas distribuidoras de GLP em vários países do mundo. O Brasil, com 4 empresas concentrando mais de 80% do mercado, está acima da média mundial, que é de 3,3 empresas.

# Quais são os órgãos que regulam e fiscalizam esse mercado?

# 19

A regulação do setor, contratação das empresas concessionárias e fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo são atribuições da **ANP** – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, uma autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A ANP estabelece os requisitos mínimos para as empresas que se propõem a atuar no mercado de GLP, visando garantir a segurança do consumidor e a regularidade do abastecimento em todo o território nacional.

Para compatibilizar a oferta e a demanda nos pontos de recebimento do produto, a ANP estabelece quantidades mensais máximas para os contratos de compra e venda entre o produtor (a Petrobras, por exemplo) e cada uma das empresas distribuidoras, com base na capacidade de atendimento da empresa, quantidade de botijões com a sua marca, etc.

Outra atividade importante da ANP – que traz maior transparência ao mercado, informa os consumidores e fornece aos agentes condições de acompanhar detalhadamente o desempenho do setor – é o monitoramento da comercialização de combustíveis. Semanalmente, é feito um levantamento de preços em todos os estados da federação e dos volumes comercializados. Esses dados estão disponíveis no site [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br).

Além disso, o Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, fiscaliza os botijões, especialmente



**Corpo de Bombeiros**

**Órgãos de Defesa do Consumidor**

**Secretarias da Fazenda**

**Secretarias do Meio Ambiente**

em relação ao peso correto do produto em cada recipiente. E fiscaliza também os sistemas de medição do GLP a granel.

Outro órgão importante para o setor é a **ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas – cujas normas asseguram os requisitos adequados para fabricação, armazenamento e requalificação dos recipientes, além de requisitos para as instalações de granel. Os distribuidores de GLP seguem requisitos de certificação para assegurar as boas condições de uso dos botijões. O serviço de requalificação dos botijões também é sujeito às normas da ABNT no âmbito do Sistema Brasileiro de Certificação.

Nos estados, a regulação e a fiscalização das atividades de distribuição e revenda de GLP competem principalmente aos **órgãos de defesa do consumidor, Corpo de Bombeiros, Secretarias da Fazenda e do Meio Ambiente**, entre outros órgãos.

## 20 O preço do GLP é tabelado ou subsidiado?

Nem uma coisa nem outra.

Os preços de venda ao consumidor começaram a ser liberados a partir de 1990, quando a Portaria MINFRA 843, de 31/10/1990, que regulava o exercício da atividade de distribuidor de GLP, determinou que caberia a cada distribuidora estabelecer sua taxa de entrega. A partir de janeiro de 2001, foram liberados os preços ex-refinaria, com a desregulamentação da figura do produtor, sendo que a Petrobras continua respondendo por quase todo o suprimento, embora não haja nenhum impedimento legal à participação de outros produtores nesse mercado.

Ao final de 2001, o Governo deu o último passo no processo de desregulamentação da indústria de GLP, eliminando o subsídio no produto e autorizando a Petrobras a praticar preços alinhados à paridade internacional (cotados em dólar). Esta medida foi importante, pois além de remunerar adequadamente os investimentos da Petrobras, incentiva a entrada de novos competidores também na importação e refino deste derivado.

Desde janeiro de 2002 o GLP não goza de qualquer subsídio ou subvenção em nosso país. Até dezembro de 2001 havia a PPE (“parcela de preço específico” – também conhecida como “conta petróleo”), que funcionava como um colchão impedindo que os preços fossem afetados por pressões do mercado externo.

## O que encarece o preço do botijão de GLP?

# 21

Em 1994, quando o preço final do botijão de 13 kg era de R\$ 4,82, o valor total dos tributos era de R\$ 0,60 – ou seja, 12,44% do preço de venda.

Em dezembro de 2005, o mesmo botijão é vendido ao consumidor brasileiro pelo preço médio de R\$ 30,18. Desse valor, R\$ 7,46 são os tributos devidos, ou seja, 24,72% do preço. Este dado, por si só, é impressionante: em onze anos, o percentual da carga tributária cresceu 98,71%.

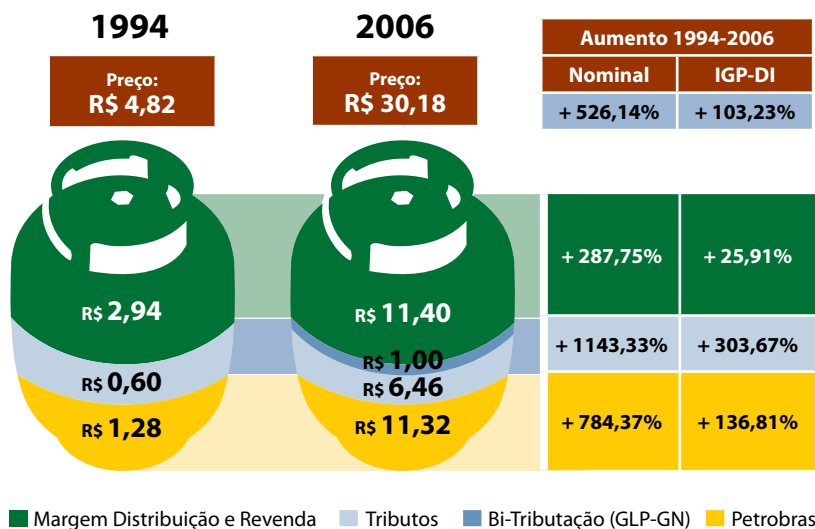
Nesse período, o valor do tributo (que subiu de 60 centavos para R\$ 7,46), sofreu uma variação nominal de 1.143,33% em 11 anos. Corrigida pelo IGP-DI, essa variação representa um aumento real de 303,67%.

A margem bruta das distribuidoras nesse mesmo período teve aumento real de 25,91%.

Também de 1994 a 2005, o preço cobrado pela Petrobras aos distribuidores subiu 186,61%, em valores corrigidos pelo IPCA.

Em 2001, a liberação dos preços ex-refinaria (ou seja, do produtor para o distribuidor) coincidiu com grandes aumentos na cotação do dólar norte-americano e uma disparada nos preços internacionais do barril de petróleo, acompanhados por sucessivos reajustes no mercado interno, agora

## Composição do preço do botijão P-13



sem qualquer subsídio. O resultado da nova política resultou num aumento quase imediato do preço do botijão de 13 kg, que saltou de um patamar de R\$ 15,00 para os preços atuais em torno de R\$ 30,00.

Em 2002, com a aproximação das eleições para a Presidência da República, o dólar alcançou cotações próximas a R\$ 4,00. Naquela ocasião, a Petrobras decidiu fixar o preço do GLP ex-refinaria nos mesmos níveis que mantém até hoje.

Nenhuma outra parcela do custo do GLP teve aumento tão grande quanto a carga tributária. Em 1998, 17% do preço do GLP destinavam-se ao ICMS, Pis e Cofins. No ano seguinte, essa carga aumentou para 22%. Em 2000 e 2001, aqueles três impostos já somavam 24%. E, em março de 2002, estavam em 27%.

A tabela que se segue compara a carga tributária do GLP, gás natural e óleo diesel, considerando a equivalência energética entre os produtos. Pode-se constatar que a carga tributária do óleo combustível é 33% menor do que a do GLP no estado do Rio de Janeiro e 34% menor no estado de São Paulo. No caso do gás natural, essa diferença chega a 62% (RJ) e 33% (SP).

### Comparação da carga tributária do GLP x competidores diretos (Valores absolutos em Reais)

Equivalência	Combustível
1,00 Kg	GLP
1,22 m <sup>3</sup>	Gás Natural
0,95 m <sup>3</sup>	Óleo Diesel

Produto	Estado	PIS	ICMS	Relação
GLP	RJ	0,168	0,286	
ÓLEO	RJ	0,100	0,206	-33%
GN	RJ	0,080	0,110	-58%

Produto	Estado	PIS	ICMS	Relação
GLP	SP	0,168	0,270	
ÓLEO	SP	0,098	0,192	-34%
GN	SP	0,098	0,184	-36%

Fonte: COTEPE. Dados Janeiro 2006

Obs: Os cálculos aqui apresentados refletem a carga tributária absoluta, expressa em reais (R\$) considerando os fatores de equivalência entre os produtos.

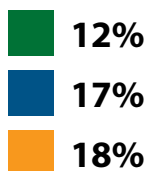
# 22

## Por que o GLP é mais caro em alguns estados do País?

A diferença de preços entre os estados ocorre principalmente por dois motivos:

- a) Custos de transporte, em função da distância entre a refinaria mais próxima (produtora de GLP) e o consumidor.
- b) Carga tributária estadual: o ICMS pode variar de 12% a 18%, conforme o estado da federação.

### ICMS do GLP por estado brasileiro




# A margem dos distribuidores e revendedores não é muito alta?

# 23

A margem bruta engloba todos os custos operacionais da distribuição e da revenda do GLP, desde o instante em que ele é fornecido pela refinaria até o momento em que o consumidor final é atendido, não só com a entrega do produto mas com todas as providências ligadas ao atendimento após a venda, manutenção constante dos botijões e das redes de fornecimento a granel, etc.

## Alguns itens de custo da distribuição de GLP

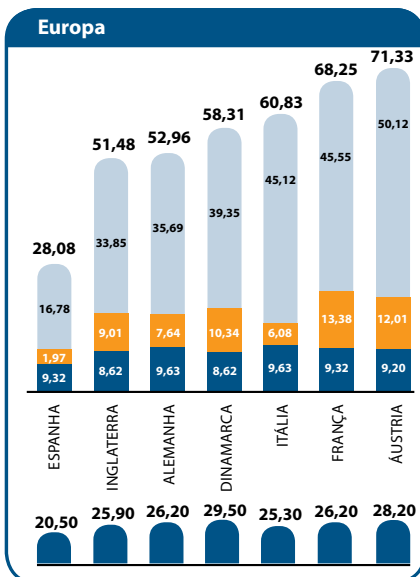
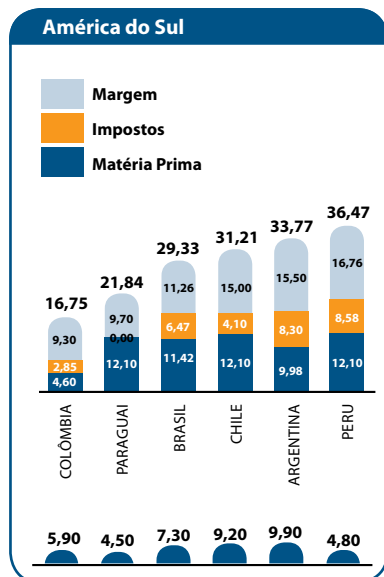
- 
- Pessoal
  - Uniformes
  - Treinamento
  - Frete
  - Instalações
  - Vasilhame
  - Requalificação
  - Armazenamento
  - Informática
  - Comunicações
  - Energia elétrica
  - Equipamentos
  - Vigilância
  - Auditoria
  - Consultoria
  - Administrativo
  - Comercial

## Margem bruta de distribuição + revenda Média Brasil (botijão P-13)

	Jan/2004	Jan/2005	Jan/2006
<b>Margem bruta</b>	<b>R\$ 11,27</b>	<b>R\$ 12,13</b>	<b>R\$ 12,59</b>
<b>Preço do botijão P-13</b>	<b>R\$ 29,04</b>	<b>R\$ 29,90</b>	<b>R\$ 30,65</b>

Fonte: ANP

## Componentes do preço do GLP na América do Sul e na Europa (Matéria-prima, impostos e margem (R\$) relativos ao botijão P-13)



PPP (Purchasing Power Parity) 2002 – US\$ mil- US\$ mil

Fontes: MME, Org. Latinoamericana de Energia, Ecopetrol, Condensa, La República, World Bank, Trevisan

A margem de comercialização (distribuição + revenda) no Brasil é uma das menores do mundo.

# O que pode ser feito para diminuir o preço do GLP?

# 24

O preço de um botijão de gás pesa em demasia no orçamento das camadas mais pobres da população. Segundo programa de monitoramento da ANP (maio/2006), o botijão de 13 kg custa hoje, para o consumidor, R\$ 32,00 (média/Brasil), isto representa aproximadamente 9,14% do atual salário mínimo, que é de R\$ 350,00.

## Preço do botijão P-13 em relação ao Salário Mínimo (dez.1994 e dez.2005)

**Dez. 1994**



**Mai 2006**



O preço final do GLP precisa ser compatível com a realidade econômica do país e com o poder aquisitivo da grande maioria dos brasileiros. **Torna-se essencial para a população de baixa renda uma adequação da carga tributária incidente sobre esse produto, que deveria ter tratamento isonômico em relação aos produtos da cesta básica de alimentos.**

Em âmbito federal, a redução dos impostos que incidem sobre gêneros de primeira necessidade tem ocorrido dentro do conceito da cesta básica. Esta expressão surgiu oficialmente desde 1938, no decreto que regulamentou o salário mínimo, e servia como critério de cálculo do valor necessário para o sustento de um trabalhador e sua família. Com o passar do tempo, já que o governo não conseguia atribuir ao salário mínimo o seu valor real, buscou-se desonerar os itens básicos essenciais de alimentação, higiene e limpeza, de modo a torná-los um pouco mais acessíveis às famílias de baixa renda.

Produtos como o arroz e o feijão não são consumidos crus, por isso têm estreita relação com o gás de cozinha. Se as alíquotas do Pis/Cofins referentes ao arroz e feijão para a venda no mercado interno foram reduzidas a zero (pelo artigo 1º, incisos V e IX da Lei 10.925/2004) o mesmo critério deveria ser adotado pelo Congresso Nacional com respeito ao GLP, que ainda sofre uma tributação injusta e excessivamente elevada.

O preço final do botijão de 13 kg poderá cair ainda mais se, além da redução dos impostos federais, os estados reduzirem a carga de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre esse produto. Isso é possível, desde que os secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), incluam o GLP entre os gêneros de primeira necessidade que terão uma alíquota fixa de ICMS, não superior a 4%, por exemplo, em todo o país.

Nada mais justo para um produto que serve a 95% da população. Socialmente injusto é o consumidor do gás de cozinha pagar uma carga de impostos similar ou superior à que incide sobre combustíveis mais poluentes, como o óleo combustível, ou sobre o gás natural. Não é justo que o GLP consumido pelas famílias de baixa renda continue tendo o mesmo tratamento tributário da gasolina e de outros produtos consumidos apenas pelas camadas de maior poder aquisitivo.

Além da revisão da carga tributária do GLP, o Sindigás tem sugerido ao Governo Federal outras medidas com o objetivo de tornar mais acessível o botijão de gás para as famílias de baixa renda: a ampliação do valor e da abrangência do Auxílio-Gás, que hoje atinge 9,5 milhões de famílias; e a criação de um fundo de estabilização com recursos provenientes da CIDE. Este fundo, seguindo um modelo já adotado em alguns países, teria a função de minimizar a volatilidade do câmbio e dos preços internacionais do GLP, e estaria totalmente de acordo com a lei que criou a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico).

## O Auxílio-Gás torna o GLP mais acessível às famílias carentes?

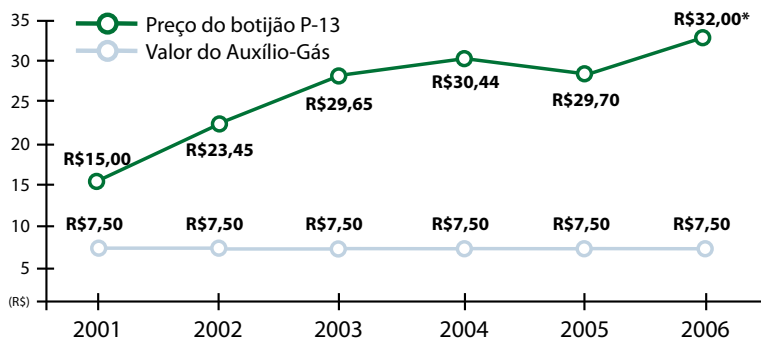
# 25

Para eliminar o efeito do fim do subsídio às faixas mais carentes da população, o Governo Federal criou em 2001 o mecanismo do Auxílio-Gás, distribuindo o valor de R\$ 15 reais a cada dois meses, para um contingente de 4,4 milhões de famílias.

Na ocasião, o preço do botijão de gás, para o consumidor final, era de aproximadamente R\$ 15,00. Portanto, o valor bimestral do Auxílio Gás era suficiente para pagar a metade do preço de um botijão por mês. Com os aumentos ocorridos a partir de 2001 (ver item 21) o auxílio ficou insuficiente para tornar o GLP acessível à população de baixa renda. Mais grave que isso: a quantidade de pessoas atendidas é muito menor do que seria necessário para que o programa atingisse minimamente os seus objetivos.

E com a sua integração ao Bolsa Família, ocorrida em 2003 (juntamente com os demais programas do gênero, como o Bolsa-Escola e o Cartão Alimentação), ficou ainda mais difícil, senão impraticável, a caracterização dos objetivos específicos do programa Auxílio-Gás.

## Auxílio Gás X Preço do botijão de GLP



\* Preços de 2002 a 2006 referentes ao mês de maio, conforme monitoramento ANP.

# 26 O botijão de gás em uma residência é propriedade do consumidor?

Quando o consumidor compra um botijão de gás de determinada marca, ele terá o direito de trocá-lo por outro botijão cheio, de qualquer marca à sua escolha, sempre que precisar comprar mais GLP. E receberá sempre um botijão em perfeitas condições, mesmo entregando em troca um botijão vazio em mau estado.

Para que isso fosse possível, as empresas distribuidoras implantaram centros de destroca em todas as regiões do País. Nesses locais, cada distribuidora deposita os recipientes de outras marcas e retira igual quantidade de vasilhame de marca própria, procedendo então a uma rigorosa manutenção dos seus botijões. Somente depois desses cuidados, os botijões são encaminhados às instalações de envasamento, para que eles voltem às residências dos consumidores, novamente cheios de gás.

Portanto, o botijão que pertence ao consumidor é o que está no momento em seu poder, antes de ser trocado por outro botijão cheio. Assim o



consumidor pode estar seguro de ter sempre em sua casa um botijão em perfeitas condições de uso.

A implantação desse sistema exigiu das empresas distribuidoras investimentos de mais de 1 bilhão de reais nos últimos dez anos, requalificando ou substituindo boa parte dos 99 milhões de botijões que hoje circulam no país.

## Por que não se pode encher botijões de GLP em postos, como se faz com o GNV?

# 27

Há propostas desse tipo em tramitação no Congresso, mas isso estaria em total desacordo com as normas estabelecidas pelo governo e pela agência reguladora exatamente para defender o consumidor. O enchimento de botijões de GLP em postos de gasolina ou em outros pontos de revenda do produto criaria muito mais problemas do que soluções.

Essa proposta inclui também a crença de que a possibilidade de comprar gás em quantidades inferiores à capacidade do botijão pode ser uma boa solução para o consumidor. Na prática, seria um desastre. Não tendo dinheiro para comprar um botijão cheio, o consumidor o levaria até um posto para comprar um pouquinho de gás, suficiente para cozinhar o almoço do dia. No sistema atual, vendem-se mensalmente cerca de 33 milhões de botijões, mas se for possível enchê-los parcialmente, a quantidade de recargas será muito maior. Veríamos então um formigueiro de pessoas, para baixo e para cima, com botijões nas costas, comprando a quantidade de gás que o bolso permitir.

Os produtos pré-medidos são regulamentados e têm seu uso disseminado em todo o mundo, pela eficiência que se introduz na fase industrial e na logística. Espalhar pelo Brasil centenas de milhares de pontos de reenchimento de botijões poderá trazer aumento de custo unitário e uma impressionante quantidade de fraudes, impossíveis de serem detectadas e combatidas.

Também não podemos ignorar as questões de segurança do consumidor. Os botijões usados no Brasil (quase 100 milhões de unidades) foram construídos para enchimento em processo industrial. Eles não dispõem de válvula de “alívio” para controle de sobreenchimento. Se o processo falhar em um posto de gasolina e o botijão receber sobrecarga, este poderá provocar graves acidentes com risco de vida.

Países que oferecem ao consumidor o enchimento de botijões de GLP em postos de gasolina têm uma realidade bem diferente da brasileira. No Canadá e nos EUA, por exemplo, o uso do GLP em residências é pouco intensivo (normalmente para camping, churrasqueiras e aquecimento externo). Aqui no Brasil, os botijões ficam dentro das residências e qualquer falha no enchimento ou na sua manutenção pode gerar conseqüências muito mais graves.

Toda vez que volta à sua base, o botijão da marca da distribuidora é cuidadosamente checado e os serviços de manutenção são feitos à custa da distribuidora. Se os botijões fossem envasados em postos de gasolina, quem assumiria estes custos? Quem faria a requalificação? Quem pagaria quando uma válvula tivesse que ser trocada? Quem seria responsável por um sinistro ocorrido em um lar?

O enchimento em postos de gasolina e em pontos de revenda resultaria na destruição do atual sistema, que há várias décadas abastece com segurança e regularidade toda a população brasileira.

## Como atua a pirataria no mercado de GLP?

# 28

Como ocorre em todas as atividades comerciais nos dias de hoje, o mercado de GLP tem sido invadido pela pirataria, tanto no enchimento quanto na revenda de botijões. Mas infelizmente as práticas irregulares neste setor ainda têm sido tratadas como um problema de menor importância. A consequência disso é a banalização de atividades criminosas que, se ficarem impunes e se não forem contidas com rigor, podem dominar totalmente o mercado, consagrando a desobediência às leis, inviabilizando as empresas sérias e trazendo graves riscos à segurança dos cidadãos.

As formas de pirataria no mercado brasileiro de GLP são as seguintes:

**Revenda pirata** – botijões de gás empilhados nas calçadas, amarrados a postes de rua, armazenados em bares ou bancas de jornais, sem qualquer cui-



dado, sem ventilação e sem equipamentos para combate a incêndio. Este é um cenário que infelizmente se tornou corriqueiro nas diversas regiões do país, principalmente nas localidades mais carentes. O GLP acondicionado e armazenado adequadamente é um produto muito seguro, desde que as empresas distribuidoras e revendedoras sigam uma série de normas de segurança, instituídas não somente pela ANP, como também pelo Corpo de Bombeiros e por outros órgãos de segurança pública. Descumprindo perigosamente essas normas, a proliferação das vendas piratas acontece à vista de todos, sem que haja uma reação à altura do perigo que essa prática representa.



Obs.: O rótulo pode conter, além da marca principal, outras marcas da mesma empresa distribuidora, que portanto são também válidas com relação à marca principal em alto relevo no botijão.

**Botijão Pirata** – caso típico de armadilha contra consumidores ainda desinformados sobre a gravidade dessa prática, que atenta contra a Lei de Propriedade Industrial, o Código de Defesa do Consumidor, as normas da ANP e as práticas de segurança internacionalmente consagradas. Algumas empresas utilizam argumentos duvidosos para obter decisões judiciais que as autorizem a comercializar GLP em botijões de outras empresas. Como o botijão de gás precisa de constante manutenção para ser comercializado sem levar perigo ao consumidor, a empresa que nele tem sua marca gravada assume essa responsabilidade. Mas os botijões piratas não recebem manutenção adequada e, portanto oferecem grande risco aos usuários. Uma empresa que desrespeita a marca sabe que não poderá ser responsabilizada em caso de fraude no peso do produto, por exemplo, e muito menos em caso de sinistro, pois o consumidor não terá como provar de onde veio o gás.

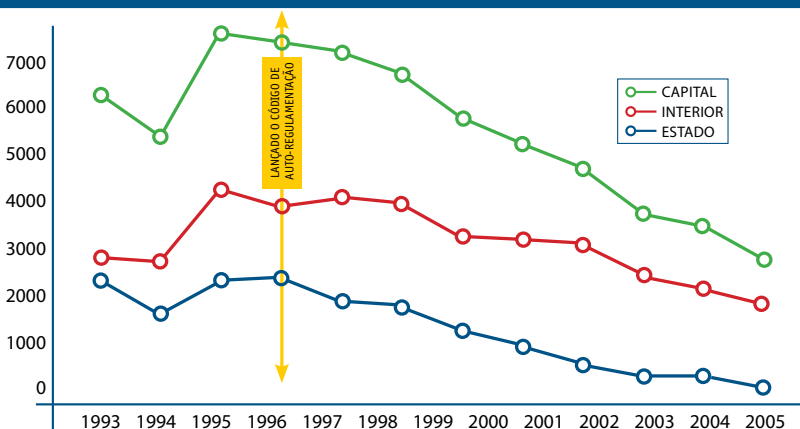
# Quais os riscos dessas formas de pirataria?

# 29

As vendas piratas são verdadeiros “camelôs” do gás. O problema é que o GLP não deveria ser vendido nas calçadas ou em bares, precisa ser manuseado adequadamente, não pode ser armazenado em locais sem ventilação e sem equipamentos para combate a incêndio. O botijão de gás com manutenção adequada é muito seguro, mas a armazenagem de vários botijões deve cumprir normas mínimas de segurança, tais como afastamentos adequados, equipamentos de combate a incêndio, facilidade de acesso e de evacuação e manuseio cuidadoso. São raros os acidentes, mas este não é um produto com o qual se possa negligenciar a segurança, tanto na armazenagem quanto no manuseio.

E a outra modalidade de pirataria, o enchimento não-autorizado de botijões de outras marcas, é muito pior do que a sonegação de impostos. Muito mais danoso que as fraudes no peso e a adulteração na qualidade do produto. O botijão que esconde sua verdadeira procedência atenta contra o bem mais valioso e irresgatável: a vida humana.

## Vazamentos de GLP com e sem fogo no estado de SP



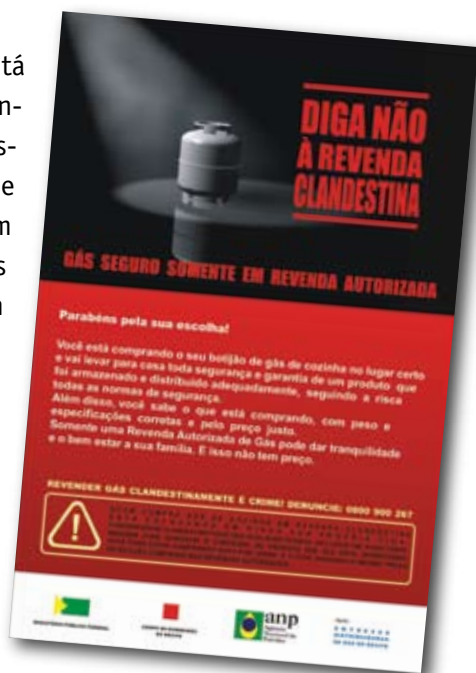
Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo - Comando do Corpo de Bombeiros

# 30 O que pode ser feito e o que está sendo feito para combater a pirataria?

É fundamental que os órgãos de segurança pública e de defesa do consumidor – em âmbito municipal, estadual e federal – atuem com máximo rigor para garantir o cumprimento da lei, e para que seja abolida a pirataria na revenda do gás de cozinha.

Em alguns estados, esse trabalho está sendo intensificado por meio de convênios e parcerias entre a ANP, Ministério Público, Corpo de Bombeiros e órgãos de defesa do consumidor, com o apoio das empresas distribuidoras e dos revendedores, inclusive em campanhas de orientação do consumidor, alertando para o perigo de se comprar gás em pontos de venda não-autorizados.

Cartaz campanha Fortaleza



Outdoor campanha Belém

